INSTRUÇÃO NORMATIVA SEFAZ N° 02 DE 13 DE MARÇO DE 2025

Dispõe sobre a Tabela de Subelementos de Despesa no Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - Fiplan para utilização no âmbito da Administração Pública Estadual.

Publicada no DOE n° 24.122 de 26 de março de 2025

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 18.874, de 28 de janeiro de 2019, e suas alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no Regulamento do Sistema Financeiro e de Contabilidade do Estado da Bahia, aprovado pelo Decreto n° 14.407/2013, resolve:

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O cadastro de subelementos será mantido na Tabela de Subelementos do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - Fiplan, com o intuito de permitir a execução e a identificação adequada das despesas públicas.

Parágrafo único. O cadastro na Tabela de Subelementos será realizado pela Diretoria da Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Dicop.

II - PROCEDIMENTOS NO SISTEMA

Art. 2º Os órgãos setoriais e seccionais de finanças da Administração Direta e Indireta indicarão o código do subelemento de despesa na Autorização do Documento Hábil - ADH, ou em outras operações do Fiplan.

§ 1º Na indicação do subelemento, o responsável pelo processo da liquidação deverá analisar cuidadosamente a Tabela de Subelementos para adequação apropriada da despesa.

§ 2º Caso as características da despesa não sejam compatíveis com os itens disponíveis, os órgãos setoriais e seccionais de finanças deverão solicitar à Gerência de Orientação e Acompanhamento - Gecor da Dicop a inclusão de subelemento apropriado, por meio do endereço eletrônico gecor@sefaz.ba.gov.br.

§ 3º Deverá ser anexado ao pedido um documento que identifique o tipo de despesa, a exemplo de contrato, convênio, ato normativo ou outro que justifique a inclusão de item específico.

Art. 3º As unidades gestoras e os órgãos setoriais e seccionais de finanças deverão indicar o código do subelemento específico quando realizarem o Registro do Passivo por Competência - RPC, ou outras operações do Fiplan, observando o disposto no § 1º do art. 2º desta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Caso as características da despesa não sejam compatíveis com os itens disponíveis, a unidade gestora deverá entrar em contato com o órgão setorial ou seccional de finanças do órgão ou entidade em que atua, e esta poderá solicitar a inclusão de subelemento apropriado conforme dispõe o § 2º do art. 2º desta Instrução Normativa.

III - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º A Tabela de Subelementos, atualizada diariamente com informações da Base de Dados Corporativa - BDCE, está disponível para consulta no site da Secretaria da Fazenda www.sefaz.ba.gov.br, em Finanças Públicas/Tabelas e Procedimentos do Fiplan.

Art. 5º Caberá ao órgão setorial ou seccional de finanças orientar as unidades gestoras do órgão ou entidade em que atua, acompanhando as classificações dos subelementos realizadas no Fiplan.

Art. 6º Fica revogada a Instrução Normativa SAF n° 29, de 03 de outubro de 2019.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

Secretário da Fazenda